

Inclusão digital de jovens e adultos e educação popular: fragmentos analíticos de experiências no Círculo de Cultura Digital

Vitor Malaggi¹, Rosana Miyashiro²

Resumo

O artigo analisa o desenvolvimento do Círculo de Cultura Digital, experiência de educação popular com jovens/adultos da classe trabalhadora e que intenciona a promoção da inclusão digital desses sujeitos. O projeto está vinculado ao Programa de Extensão intitulado “Inclusão Digital na Educação Popular de Jovens/Adultos e Formação de Professores”, construído na parceria estabelecida entre educadores da Universidade do Estado de Santa Catarina e Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha. Esta proposta busca (re)pensar os sentidos da inclusão digital para trabalhar por uma apropriação crítico-problematizadora das Tecnologias de Informação e Comunicação. A metodologia do Círculo de Cultura Digital está ancorada nos fundamentos da Educação Popular Freiriana, constituindo-se como espaço-tempo formativo, de cunho presencial-virtual, em que a socialização de experiências e construção coletiva de conhecimentos ocorre pela autoria e colaboração na cultura digital. Resultados indicam que a formação desenvolvida no Círculo pode constituir experiência de apropriação/objetivação crítica e criativa das TIC por jovens/adultos da classe trabalhadora. Em síntese, identifica-se um potencial formativo para avançar além das perspectivas instrumentais de inclusão digital, que primam pelo aprendizado neutro e a-histórico das dimensões operacionais destas tecnologias, utilizadas majoritariamente a partir de objetivos fetichizados e individualistas.

Palavras-chave

Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular. Círculo de Cultura Digital. Inclusão digital. Apropriação/objetivação de TIC.

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil; professor efetivo do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil. E-mail: malaggi@gmail.com.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; coordenadora geral da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, Santa Catarina, Brasil. E-mail: rosanamiyashiro67@gmail.com.

Digital inclusion of youth and adults and popular education: analytical fragments of experiences in the Circle of Digital Culture

Vitor Malaggi³, Rosana Miyashiro⁴

Abstract

The article analyzes the development of the Digital Culture Circle, experience of popular education with youth and adults which intends to promote the digital inclusion of these subjects. The project is binded to the Extension Program titled “Digital Inclusion in Popular Education of young/adults and Teachers Training”, constructed in the partnership established between educators from the State University of Santa Catarina and the Canto da Ilha School of Tourism and Hotel Management. This proposal intends to (re)think the meanings of digital inclusion to work towards a critical-problematic appropriation of Information and Communication Technologies. The methodology adopted in the Digital Culture Circle is anchored in the foundations of Freire-based popular education, constituting itself as a formative space-time, of a virtual-presential nature, in which the socialization of experiences and collective construction of knowledge occurs by authorship and collaboration in the digital culture. Results indicate that the education developed in the Circle can constitute an experience of critical and creative appropriation/objectification of ICTs by working class’ young and adults. In synthesis, a formative potential is identified to advance beyond the instrumental perspectives of digital inclusion, which are based on the neutral and a-historical learning of the operational dimensions of these technologies, used mainly from fetishized and individualistic goals.

Keywords

Youth and Adult Education. Popular Education. Circle of Digital Culture. Digital inclusion. Appropriation/objectification of ICT.

³ Master in Education, University of Passo Fundo, State of Rio Grande do Sul, Brazil; effective professor at the Distance Education Center at the State University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil. E-mail: malaggi@gmail.com.

⁴ Master in Education, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; general coordinator of the School of Tourism and Hospitality Canto da Ilha, State of Santa Catarina, Brazil. E-mail: rosanamiyashiro67@gmail.com.

Para iniciar o debate: de que inclusão digital estamos falando?

No seio dos processos sociais contemporâneos, em que a presença generalizada das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é frequentemente analisada como uma de suas marcas mais distintas, não é motivo de surpresa a constante produção de narrativas acerca da inclusão digital pelos mais diversos atores e instituições. Sejam estes derivados da esfera governamental, empresarial, acadêmica ou da sociedade civil organizada, processos de inclusão digital são majoritariamente interpretados como necessidade intrínseca da sociedade contemporânea, afinal, existe um adentramento das TIC em diferentes ramos da atividade humana: economia, cultura, lazer, educação e política. Mais do que isso, ao partir da constatação da penetração generalizada das TIC pelo tecido social, tais narrativas chegam a uma conclusão por vezes uníssona: a inclusão digital é um dos meios na sociedade contemporânea para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Em síntese, inclusão digital seria sinônimo de inclusão social. Trata-se de um processo que autoriza os sujeitos, agora elevados ao status de “cidadãos da era digital”, a tomarem contato com uma gama de possibilidades de participação sociopolítica, de produção de conteúdos culturais por intermédio das características interativas das TIC, de incremento de suas competências e habilidades pessoais/profissionais com vistas à ascensão socioeconômica. Todas essas possibilidades, antes restritas a uma pequena parcela da população, forjam uma imagem sobre a centralidade da inclusão digital na sociedade, compreendida como “Sociedade da Informação”, definida por Takahashi (2000, p. 3) como “uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais”.

Entretanto, nos parece ser imprescindível lançar a seguinte questão: a quem interessa a construção desta concepção e “narrativa de urgência” da inclusão digital da sociedade brasileira? Corroboramos com a análise crítica de Zuin e Pesce (2010) de que somente a massificação da cultura digital, pela ampliação do acesso e utilização/produção de conteúdos digitais pelas TIC, não promove necessariamente a construção da cidadania pautada na emancipação política, cultural, econômica e comunicacional. Sem reflexão crítica acerca da noção de que a inclusão digital pode ser um mecanismo de adaptação dos sujeitos aos ditames de uma sociedade capitalista, pautada no consumismo desenfreado, na formatação alienante de mão de obra para um trabalho alienado, corre-se o risco de autenticá-la como mais um instrumento a serviço de mecanismos sociais de opressão (CAZELOTO, 2008).

É com base nestes pontos em comum que educadores(as) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha (ETHCI/CUT), a partir do estreitamento de relações entre a universidade e movimento sindical, vêm buscando (re)pensar os sentidos da inclusão digital. Advogamos por uma inclusão digital como ação político-formativa em que os sujeitos se apropriam de forma crítica e criativa das TIC, encontrando nas características de autoria e colaboração da cultura digital meios para “dizerem a palavra” acerca das realidades sociais em que estão inseridos⁵. Evidenciamos tais possibilidades articuladas com processos de Educação Popular, que busquem propiciar a estes sujeitos novas formas de “escrita e leitura crítica da palavra”, imbricadas com as suas “leituras de mundo”. (FREIRE, 2001).

O *locus* privilegiado para tais ações é aqui sintetizado no conceito de “Círculo de Cultura Digital”. No presente texto, inicialmente apresentaremos as atividades desenvolvidas nos “Círculos” em 2017 e 2018, que estiveram vinculadas ao Programa de Extensão “Inclusão Digital na Educação Popular de Jovens/Adultos e Formação de Professores”. Em seguida, buscaremos refletir sobre os principais resultados alcançados nos “Círculos”, de tal forma a evidenciar os avanços, problemas e recuos existenciados em uma práxis concreta de inclusão digital com jovens/adultos da classe trabalhadora, em uma perspectiva de Educação Popular.

Inclusão digital em contextos de educação popular: possibilidades na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da ETHCI/CUT⁶, no contexto da Educação Integral dos Trabalhadores, parte do legado de Paulo Freire e considera os desafios ainda atuais da EJA, que deve “ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos” (BRASIL, 2000, p. 9-10). A realidade da EJA é perversa: conforme dados do IBGE (2010)⁷, quase metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não possui o Ensino Fundamental completo. Na Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), aponta-se para a próxima década a oferta mínima de 25% de matrículas da EJA integrada à Educação Profissional (BRASIL, 2014). No entanto, para além da ampliação de matrículas, julgamos

⁵ Para uma discussão sobre o conceito de autoria colaborativa em uma perspectiva freiriana, enquanto possível epistemologia para os processos de inclusão digital popular, ver Malaggi e Teixeira (2019).

⁶ Disponível em: <http://www.escoladostrabalhadores.org.br/publicacao/6/projeto-politico-pedagogico/40/projeto-politico-pedagogico>.

⁷ Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

urgente avançar na concepção pedagógica desta modalidade numa perspectiva da educação popular, integradas às realidades e demandas desse segmento.

Aos trabalhadores jovens e adultos que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas, somam-se inúmeras barreiras para a sua cidadania, vivenciadas cotidianamente. Dentre elas, temos as exigências de inclusão digital para a inserção ou permanência no mercado de trabalho. Porém, destacamos que, nas sociedades contemporâneas, a inclusão digital pode assumir um significado mais amplo, não se restringindo somente a ser porta de acesso ao mercado de trabalho. Na medida em que as relações sociais estão imersas em novas formas de interação por meio das TIC, como em todas as esferas da vida social no ciberespaço também há uma disputa de narrativas sobre a realidade social. Construídas a partir das diferenças de classe social e dinâmicas culturais/identitárias, tais narrativas condicionam a forma como os sujeitos percebem e agem no mundo. Entranhando-se em sua subjetividade, constituem fator dialeticamente integrantes de suas ações concretas (ou omissões...) perante esta mesma realidade social.

Portanto, as possibilidades de comunicação interativa que emergem com as TIC (SILVA, 2010), ao serem indagadas sobre o pano de fundo das contradições do contexto social contemporâneo, trazem invariavelmente questionamentos de cunho político-pedagógico e tecnológico. Julgamos importante neste contexto realizar uma exposição do conceito de inclusão digital que adotamos no Círculo de Cultura Digital, em sua conexão com a perspectiva de educação popular. Para tanto, partimos de alguns conceitos derivados da tradição filosófica marxiana, mais especificamente aqueles que permitem compreender a formação histórico-cultural do ser humano por meio do trabalho ou práxis (MARX, 2010). A dialética sujeito-realidade envolta na práxis pode ser compreendida pela relação entre apropriação e objetivação, “enquanto aquela que expressa a dinâmica essencial de autoprodução do homem pela sua atividade social” (DUARTE, 2001, p. 22). Assim,

o homem, ao produzir as condições de sua existência, ao transformar a natureza, se apropria dela e se objetiva nela. Essa apropriação e essa objetivação geram no homem novas necessidades e conduzem a novas formas de ação, num constante movimento de superação por incorporação. Cada indivíduo nasce situado espacial e temporalmente nesse processo e, para dele participar, isto é, para se objetivar no interior dele, precisa se apropriar das objetivações (neste caso entendidas como os produtos da atividade objetivadora humana, resultados do processo histórico de objetivação). (DUARTE, 2001, p. 22-23).

Podemos compreender que as TIC, bem como os aspectos socioculturais que emergem da utilização destes artefatos comunicacionais (cultura digital), são objetivações humanas historicamente produzidas e constantemente transformadas por homens/mulheres. Nesses

termos, inclusão digital envolve a apropriação das TIC pelos sujeitos/grupos sociais, a partir das demandas existentes nos contextos sociais em que transitam. Essa apropriação, por sua vez, pode ocorrer em um viés crítico – ou seja, ciente dos aspectos ético-políticos, culturais e econômicos envolvidos na constituição histórica e no atual contexto contemporâneo de utilização das TIC, nas mais diversas esferas da vida social –, bem como criativo – ciente das possibilidades/necessidades de ressignificação das ações práticas de ocupação das TIC para diferentes objetivos emancipatórios dos sujeitos/grupos sociais.

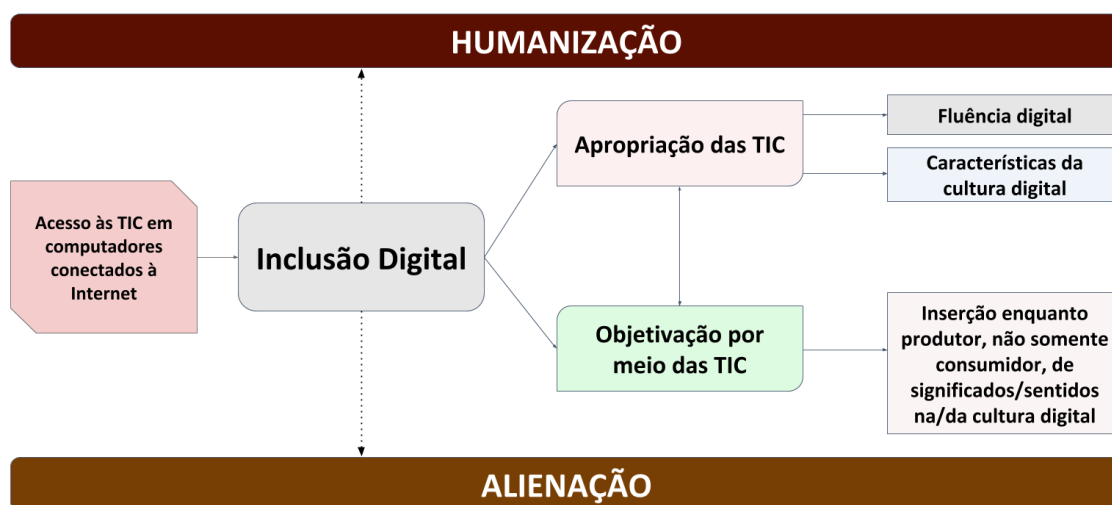
O momento de inclusão digital, como apropriação das TIC, traz à baila a reconstrução/ressignificação das formas de ação desenvolvidas historicamente por meio de tais artefatos tecnológicos, ou seja, as objetivações construídas por meio delas e nelas sintetizadas. Isto significa uma apropriação tanto dos aspectos operativo-instrumentais das TIC, pela construção da *fluência digital* que autoriza aos sujeitos transitarem de forma desenvolta pelas interfaces digitais, quanto das características comunicativo-culturais potencialmente presentes nas práticas da cultura digital – *autoria e colaboração*. Já em seu complemento dialético, inclusão digital envolve processos de objetivação por meio das TIC. Objetivar-se significa inserir-se de forma protagonista na cultura digital, na medida em que os sujeitos ao apropriarem-se das TIC passem a produzir significados/sentidos em contextos digitais.

Contudo, identificamos com Duarte (2001) que a dialética apropriação-objetivação não pode ser plenamente compreendida se desgarrada da análise dos contextos históricos em que ocorrem. Para tanto, este autor propõe cotejar a relação apropriação-objetivação “no interior do processo histórico de humanização do gênero humano através das relações sociais de dominação, isto é, através da alienação” (DUARTE, 2001, p. 23). Nesse sentido, coloca-se o dilema: podemos aferir de maneira determinista que certas objetivações, por nascerem em contextos sociais de opressão, encontram-se invariavelmente condenadas a servir de elementos de reprodução do sistema capitalista? Duarte (2001, p. 24), ao destacar o caráter histórico e não determinista da relação apropriação-objetivação, assevera:

Não está, porém, determinado de forma absoluta, nas próprias objetivações, se elas terão uma função predominantemente humanizadora ou alienadora [...]. Se a apropriação desta ou daquela objetivação terá [...] uma função primordialmente humanizadora ou alienadora, é uma questão de que depende de um complexo e dinâmico conjunto de relações presentes na atividade apropriadora.

Abaixo, destacamos uma síntese do conceito de inclusão digital proposto:

Figura 1 – Elementos constituintes do conceito de inclusão digital



Fonte: Os autores (2019).

Sendo assim, reconhecendo a cultura digital como construção historicamente situada e, portanto, geneticamente perpassada por conflitos e contradições de classe, gênero, étnico-racial e demais formas de opressões gestadas na sociedade capitalista, resta-nos destacar que a atividade apropriadora é, em síntese, uma atividade formativo-educativa. Ao focarmos o olhar nas mediações que perpassam essa apropriação, sem nos descuidarmos da sua conexão com os contextos sociais mais amplos em que estão inseridas, podemos vislumbrar *possibilidades* de inclusão digital orientadas por objetivos sociopolíticos emancipatórios.

Situamo-nos nesta discussão a partir das reflexões de Paulo Freire acerca da relação entre educação e sociedade: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). Faz-se necessário, sobretudo, subsidiar uma práxis político-pedagógica de inclusão digital a partir da indagação proposta por Paulo Freire (2001, p. 1): “Para mim, a questão que se coloca é: a serviço de quem as máquinas e a tecnologia avançada estão?”. Nossa intencionalidade teórico-prática trata de aproximar inclusão digital e educação popular, esta compreendida como

o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. [...] esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer [...] [educação] de outro jeito. (FREIRE; NOGUEIRA, 1999, p. 19).

Animados por esta perspectiva político-pedagógica, educadores(as) da ETHCI/CUT e UDESC, em comunhão com educandos(as) da classe trabalhadora, vêm construindo o Círculo de Cultura Digital como opção teórico-metodológica de vivências de inclusão digital popular, que pretendemos crítico-emancipatórias. No próximo item do presente trabalho, pretendemos trazer alguns fragmentos de experiências realizadas nos anos de 2017 e 2018, para, então, refletir sobre dimensões concretas que emergiram da aproximação entre inclusão digital e educação popular.

Fragmentos de experiências: a práxis do/no Círculo de Cultura Digital

A experiência do Círculo de Cultura Digital está sendo desenvolvida no espaço da ETHCI/CUT, localizada no Bairro Ponta das Canas, Florianópolis-SC, por meio de três encontros semanais de 3 horas/dia, durante 4 meses, totalizando carga horária de 160 horas. Ao longo dos anos de 2017 e 2018/01, foram atendidos grupo de 25 participantes por semestre, sendo em sua maioria jovens/adultos da classe trabalhadora com idade entre 18-45 anos, residentes dos bairros situados no entorno da ETHCI/CUT. A realização dos percursos formativos conta com a participação de educadores da ETHCI/CUT e UDESC, que formam uma equipe interdisciplinar advinda de diferentes áreas do conhecimento (Pedagogia, Ciência da Computação, Sociologia, Comunicação e Teatro).

Em nossa compreensão, o Círculo de Cultura Digital constitui um espaço-tempo formativo, de cunho presencial-virtual, em que a socialização de experiências/saberes e construção coletiva de conhecimentos ocorre por meio de processos de inclusão digital popular. No Círculo de Cultura Digital, as estratégias pedagógicas organizam-se em ciclos pautados em um tema gerador, que buscam dialogar tanto com as histórias e motivações dos sujeitos quanto com os objetivos estratégicos desta ação de extensão. Neste contexto, situamos a Trajetória de Vida como estratégia teórico-metodológica fundante do processo formativo nos Círculos. Na metodologia das Trajetórias de Vida, buscamos sempre estimular as memórias dos sujeitos em diferentes fases de sua vida: no seu espaço de trabalho, na educação, na família e comunidade (infância, juventude e momento atual), por meio de registros escritos, imagens significativas e relatos orais. Esta estratégia, além de possibilitar a socialização das histórias pessoais no grupo, de onde emergem os temas geradores do curso, proporciona diagnósticos sobre os conhecimentos em relação às TIC, enriquecendo o planejamento em diálogo com os sujeitos participantes.

Em termos da organização didático-metodológica, cada ciclo perpassa por três macro-momentos: a) no primeiro, busca-se a **sensibilização do grupo** para desenvolver algum tema/conteúdo de interesse a partir do repertório da turma, para possibilitar que os(as) educandos(as) percebam os seus conhecimentos historicamente acumulados, bem como as realidades do grupo para a ampliação de novos saberes; b) no segundo momento, a partir da sensibilização dos saberes, realidades e interesses, o desenvolvimento metodológico do tema/conteúdo ocorre na/pela mediação com o repertório do grupo, utilizando diferentes linguagens e materiais para a **apropriação e aprofundamento coletivo de novos conhecimentos**; c) por fim, buscamos criar estratégias de **síntese/sistematização dos processos educativos vivenciados**, por meio de elaboração concreta de materiais na cultura digital que permitam a identificação/avaliação dos conhecimentos apropriados.

Cada macro-momento de um ciclo pode ser realizado em diversos encontros, de acordo com os objetivos, os ritmos do grupo e a complexidade das estratégias pedagógicas agenciadas. Tendo em vista a amplitude de atividades realizadas nas 3 turmas participantes do Círculo de Cultura Digital, nos anos de 2017 e 2018/01, propomos abaixo quadros-sínteses contendo a descrição dos principais momentos desenvolvidos em cada semestre. Buscaremos apresentar os resultados alcançados em termos didático-metodológicos e formativos, para subsidiar análises dos avanços e recuos na práxis de inclusão digital intencionada nos Círculos. Alguns resultados do desenvolvimento do Círculo de Cultura Digital, no tocante ao semestre 2017/1, já foram anteriormente publicados em Malaggi, Martins e Félix (2017). Sendo assim, nos interessa aqui sintetizar as principais atividades realizadas dando continuidade neste processo descritivo para os demais semestres de curso (2017/2 e 2018/1).

Quadro 1 – Síntese Círculo de Cultura Digital em 2017/2

Tema gerador	Atividades realizadas	Tecnologias trabalhadas
Trajetória de Vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação diagnóstica dos conhecimentos em informática básica; ▪ Desenvolvimento da Trajetória de Vida (texto escrito com imagem); ▪ Reescrita da trajetória de vida na forma de um mapa interativo → tecnologia Google MyMaps; ▪ Levantamento dos temas geradores a partir de problemas sociais percebidos nos contextos concretos dos(as) educandos(as). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Softwares aplicativos (Word, Firefox) ▪ Clientes de envio de e-mail ▪ Google MyMaps

<p>Educação como privilégio X Educação como direito humano (dificuldades da classe trabalhadora em estudar)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização sobre a temática a partir de dinâmicas do Teatro do Oprimido; ▪ Ampliação de repertório sobre o tema gerador por meio da pesquisa, compartilhamento e leitura materiais digitais na tecnologia Padlet; ▪ Apropriação da tecnologia Animaker para criação de um vídeo animação sobre as dificuldades da classe trabalhadora em estudar; ▪ Escrita de nota jornalística sobre atividade coletiva do Dia Mundial da Alimentação. ▪ Sistematização/Avaliação coletiva - Dinâmica da Árvore. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padlet ▪ Animaker ▪ Plugins de navegadores de Internet ▪ MovieMaker ▪ Google Drive/Docs
<p>Diferenças e diversidades em tempos de intolerâncias e preconceitos no mundo digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização: problematização de postagens nas mídias/redes sociais dos(as) educandos(as); ▪ Apropriação da tecnologia Canva para produção de materiais midiáticos sobre o tema gerador - cartazes, postagens para redes sociais, panfletos; ▪ Ampliação de repertório por meio de casos sobre preconceitos nas mídias/redes sociais; ▪ Roda de conversa sobre a temática com educadoras da UDESC; ▪ Construção coletiva de uma revista digital sobre o tema gerador, na tecnologia Canva. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reapropriação das tecnologias já trabalhadas ▪ WordArt ▪ Canva

Fonte: Os autores (2019).

Com relação ao semestre 2017/2, além da continuidade de estratégias identificadas como positivas no desenvolvimento formativo, novas percepções e transformações correspondentes foram efetivadas no Círculo.

A realização da Trajetória de Vida contou, em seus momentos conclusivos, com a perspectiva de solicitar aos educandos o levantamento de problemas sociais que eles identificam em sua realidade concreta atual (em específico, nos seus bairros ou rua residencial). Ou seja, o último momento da trajetória buscava ensejar um olhar problematizador dos educandos em torno dos seus contextos vivenciais. Tal estratégia propiciou uma melhor articulação da intencionalidade político-pedagógica do curso com os interesses individuais/coletivos advindos da leitura de mundo dos educandos. Neste contexto, os temas subsequentes, “Educação como privilégio X Educação como direito humano (Dificuldades da classe trabalhadora em estudar)” e “Diferenças e diversidades em tempos de intolerâncias e preconceitos no mundo digital”, mobilizaram diversas discussões e processos de autoria e colaboração via TIC e, ao mesmo tempo, possibilitou a Equipe de Educadores

tomar ciência de problemáticas da prática pedagógica no Círculo, que ainda não haviam se constituído como um “percebido destacado”.

Neste sentido, um exemplo foi a percepção das dificuldades dos(as) educandos(as) com os processos de leitura e, principalmente, escrita do movimento autoral. Um dos objetivos centrais dos Círculos, numa perspectiva de educação integral da classe trabalhadora, é o de propiciar o conhecimento e utilização de diferentes gêneros textuais. A partir deste semestre tal prática foi aprofundada, o que, conseqüentemente, abriu novas portas para a percepção das dificuldades enfrentadas pelos(as) educandos(as) neste quesito. Contudo, uma visão ainda difusa desta problemática impedia a Equipe de conseguir qualificar os processos de leitura e escrita. Ficava a impressão de que, em certos debates, não se conseguia ir além do senso comum em torno das temáticas propostas. Esta intencionalidade crítica do curso também pode ser confrontada com a compreensão instrumental de alguns sujeitos educandos sobre as TIC. Obviamente, dialogar com a realidade concreta da classe trabalhadora demanda de um curso sobre tecnologias compreender e transformar em potenciais educativos as solicitações de aprendizado de tecnologias motivadas por interesses, por exemplo, àquelas voltadas a aplicação destes artefatos para melhor inserção no mercado de trabalho. Realizar de forma orgânica esta mediação entre intencionalidades e interesses tão diversos, no interior de processos de inclusão digital popular, constituiu-se “percebido destacado” a partir deste semestre e perpassa desde então as preocupações dos(as) educadores(as) do Círculo.

No tocante aos processos de inclusão digital, conseguimos vivenciar com este grupo novas possibilidades atreladas às estratégias de educação popular. A Trajetória de Vida, além de ser momento importante para uma reapropriação de tecnologias de Informática Básica (tais como navegador de Internet e processador de texto, por exemplo), desenvolveu-se em uma perspectiva de conexão com a ampliação de conhecimentos do âmbito espaço-temporal (geográfico e histórico), por meio da criação de mapas interativos no Google MyMaps. A finalização das rotas nestes mapas-trajetórias mirava a identificação inicial dos problemas sociais vivenciados pelos educandos em seus bairros/ruas, conforme pode ser visualizado neste exemplo⁸. Outra possibilidade explorada nesse semestre foi o diálogo com a linguagem audiovisual, por meio da criação de animações digitais com as tecnologias Animaker, posteriormente editadas com o software MovieMaker para a finalização dos vídeos. A produção destas animações intencionava possibilitar aos sujeitos jovens/adultos expressar suas leituras de mundo sobre o tema gerador “Educação como privilégio X Educação como

⁸ Exemplo de mapa interativo criado durante o curso, com o Google MyMaps: <https://tinyurl.com/exmymaps>.

direito humano”⁹. Essas leituras resultaram ressignificadas por debates que buscavam ampliação de repertório sobre aspectos contemporâneos desta temática, tal como a conjuntura que impõem desafios diversos para a classe trabalhadora no Brasil (vide Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência).

Por fim, em torno do tema gerador “Diferenças e diversidades em tempos de intolerâncias e preconceitos no mundo digital”, desenvolveu-se a objetivação dos sujeitos jovens/adultos na cultura digital por intermédio da tecnologia Canva, que permite a autoria colaborativa de produtos de design (cartaz, panfletos, *e-books*, dentre outros). Após a sensibilização realizada por meio da problematização de postagens selecionadas pelos(as) educandos(as) nas suas mídias/redes sociais, em que diferentes matizes de preconceitos manifestavam-se, deu-se inicialmente a criação de cartazes e panfletos que denunciavam intolerâncias de cunho étnico-racial, religiosa, de classe e gênero¹⁰. Tal trabalho seguiu-se por debates em torno de casos contemporâneos de preconceitos/intolerâncias ocorridos no mundo digital, sendo tais discussões igualmente suportadas por ampliação de repertório em rodas de conversas e leituras de textos em gêneros diversos. O fruto coletivo deste processo formativo foi sintetizado na *Revista InfoRedes*¹¹, periódico online criado com o Canva contendo produções digitais sobre o tema gerador do ciclo:

Quadro 2 – Síntese Círculo de Cultura Digital em 2018/1

Tema gerador	Atividades realizadas	Tecnologias trabalhadas
Trajatória de Vida (Re-apropriação de conhecimentos de informática básica)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento da trajetória de vida/trabalho - texto escrito com imagem e tabela; ▪ Compartilhamento das trajetórias por e-mail e apresentação de slides; ▪ Levantamento inicial dos indícios de temas geradores que perpassam as trajetórias de vida/trabalho dos educandos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Softwares aplicativos (Word, PowerPoint, Firefox) ▪ Clientes de envio de e-mail
Trajatória de Vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (Re)escrita e socialização da Trajetória de Vida por meio do Google MyMaps e Thinglink; ▪ Criação de conteúdos multimídia para a Trajetória, utilizando as tecnologias Fotor, plugins do Firefox e MovieMaker; ▪ Definição dos temas geradores que emergiram das Trajetórias de Vida; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Google MyMaps ▪ Thinglink ▪ Fotor ▪ Plugins do Firefox

⁹ Um exemplo de material criado com o Animaker pode ser visto neste link: <https://tinyurl.com/exanimaker>.

¹⁰ Para visualizar um exemplo, acesse: <https://tinyurl.com/excanvaI>.

¹¹ Para visualizar a revista em tela, acesse o link: <https://tinyurl.com/excanvaII>.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação coletiva. 	
<i>Fake news</i> como fenômeno social no mundo digital	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividade coletiva e dinâmicas do Teatro do Oprimido para sensibilização e ampliação de repertório sobre a temática; ▪ Leitura crítica de <i>fake news</i> em grupo; ▪ Apropriação da tecnologia Smore para a produção de um flyer interativo sobre uma temática em voga no campo das fake news. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fotor ▪ WordArt ▪ Smore
Saneamento básico como direito humano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apropriação da tecnologia Canva para produção de panfletos; ▪ Ampliação de repertório por meio do estudo dirigido de texto informativo sobre a temática; ▪ Roda de conversa sobre a temática com educadora da UDESC; ▪ Construção coletiva de uma revista digital sobre o tema gerador, na tecnologia Canva. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reapropriação das tecnologias já trabalhadas ▪ Canva

Fonte: Os autores (2019).

Na experiência de inclusão digital de 2018/1, iniciamos novamente o Círculo com base nas Trajetórias de Vida. Contudo, diferentemente dos semestres anteriores, tal estratégia metodológica foi ampliada para dois ciclos formativos, tendo em vista que, logo no início do processo, ficou patente para a Equipe de Educadores a necessidade de se realizar uma espécie de Curso de Informática Básica para aos(as) educandos(as). Das turmas até então participantes, encontrava-se neste semestre a maior disparidade no tocante aos conhecimentos de Informática Básica. Tal fator nos colocava frente ao desafio de empreender a inclusão digital desejada, em uma perspectiva popular, a partir de diferentes ritmos de aprendizagem no interior da dialética entre apropriação e objetivação das/com as TIC. Sendo assim, as Trajetórias de Vida foram produzidas e socializadas tanto a partir de softwares aplicativos básicos (por exemplo: processador de texto, editor de *slides*, clientes de e-mail), quanto por meio de plataformas de autoria colaborativa da Web 2.0. Neste último caso, ocupamos majoritariamente as TIC Google MyMaps para produzir mapas interativos que expressam tais trajetórias e, visando retratar aspectos sociais do local atual de moradia dos sujeitos educandos (pontos positivos e problemas), foi ensejada a criação de imagens interativas em 360° com a plataforma Thinglink¹².

A criação do “trecho final” das trajetórias no Thinglink permitiu explorar, de forma mais detida e articulada, a identificação e reflexão inicial sobre aspectos positivos e negativos

¹² Alguns exemplos podem ser acessados em: <https://www.thinglink.com/video/1221518889683255303>; <https://www.thinglink.com/video/1221519072848510983>; <https://www.thinglink.com/video/1221519848425652231>; www.thinglink.com/video/1221521878410067975.

do contexto social dos(as) educandos(as). Deste processo emergiu a possibilidade de unificar certos interesses em comuns do grupo que, em diálogo com a proposta curricular do Círculo, apontavam para duas temáticas: *fakes news* (“notícias falsas”) e o problema do saneamento básico em Florianópolis. Desta forma, ambos foram eleitos pelo grupo de educandos e educadores como temas geradores do 3º e 4º ciclos do curso, respectivamente.

Para a produção autoral e colaborativa via TIC, no desenvolvimento da temática com as *fake news*, optou-se por ensinar junto aos educandos a apropriação da tecnologia Smore, que permite a criação de *flyers* (panfletos) interativos com diferentes conteúdos midiáticos. Neste contexto, os educandos realizaram a leitura crítica de diferentes *fake news*, a partir da ampliação de repertório sobre o que é, bem como quais as características e os problemas sociais, políticos e econômicos derivados desta prática midiática. Após isto, produziram *flyers* interativos em torno de uma temática atrelada a divulgação de notícias falsas, buscando evidenciar por meio da produção de diferentes materiais (textos, vídeos, pesquisas) os motivos que as caracterizam como “fake”¹³. Em conclusão, optamos pela finalização do curso com a produção da segunda edição da *Revista InfoRedes*¹⁴, utilizando como plataforma-base a tecnologia Canva, mas agora versando sobre a temática do Saneamento Básico em Florianópolis. Tal como nas edições anteriores, momentos de ampliação de repertório via rodas de conversa, leituras/discussão de textos, dinâmicas cênicas, dentre outras estratégias, foram agenciadas nos 3º e 4º ciclos no intuito de possibilitar a construção de uma concepção crítica pelos educandos frente aos temas tratados.

Entretanto, dificuldades diversas foram evidenciadas no processo formativo em 2018/1 de tal forma que demandou da Equipe de Educadores novas reflexões e encaminhamentos práticos para propor a sua superação. Um exemplo refere-se à atividade de planejamento, individual e/ou coletiva, dos produtos digitais que deveriam ser criados por meio de processos autorais e colaborativos via TIC da Web 2.0. Frequentemente, antes mesmo de pensarem minimamente sobre *o que e como* seria uma dada produção digital, os educandos passavam a operar nas interfaces digitais com vistas à confecção do material digital. Desta forma de encaminhamento resultou, segundo percepção da Equipe de Educadores, dificuldades para a definição do que se desejava construir, processo muitas vezes desarticulado dos combinados do grupo (diversos trabalhos foram realizados em coletivos de educandos). Percebia-se também nesta atitude a ausência de conexão entre os conhecimentos apropriados na ampliação de repertório com a sua sistematização na produção digital. Sendo assim, foram

¹³ Exemplo de *flyer* interativo criado com o Smore: <https://www.smores.com/3rvn6>.

¹⁴ Para acessar a segunda edição da Revista InfoRedes, acesse: <https://tinyurl.com/excanvaIII>.

construídos instrumentos de planejamento para auxiliar na organização dos educandos e intervenção pedagógica¹⁵.

Outra dificuldade evidenciada, em menor ou maior grau pelas turmas participantes dos Círculos, vinculava-se à construção da fluência digital de tal forma a possibilitar um trânsito autônomo pelas interfaces digitais, nos diferentes programas e plataformas digitais. Na turma de 2018/1 tal dificuldade ficou mais evidente, principalmente pelo grau de disparidade entre os diferentes sujeitos educandos na construção inicial desta fluência digital. Desta forma, além de continuarmos com o trabalho assistido com tais sujeitos por um(a) educador(a) presente no Círculo, objetivamos coletivamente a criação de outras estratégias metodológicas. Inicialmente, pela sistematização do que denominamos de “Instrumento Passo-a-Passo”, uma espécie de tutorial que deveria ser preenchido pelos próprios(as) educandos(as), a partir de suas dificuldades nesta ou naquela parte da interface de um determinado programa/plataforma. A ideia norteadora deste instrumento foi criar neles(as) o *habitus* de sistematizar passos instrucionais pela escrita, a partir da tomada de consciência das suas dificuldades específicas com a fluência digital¹⁶. Mesmo com tal prática, alguns educandos externalizaram suas dificuldades com a memorização de caminhos nas interfaces digitais. Sendo assim, foi sugerida a gravação de vídeos tutoriais, buscando agregar imagens e sons explicativos das principais telas, menus e demais elementos de interface dos programas/plataformas trabalhados¹⁷.

Por fim, uma última dificuldade vivenciada em todas as turmas, mas que no semestre de 2018/1 recebeu maior atenção por parte da Equipe de Educadores, refere-se aos processos de leitura e escrita em diferentes gêneros textuais no contexto digital. De forma específica, percebia-se que os(as) educandos(as) não haviam se apropriado a contento, até então, de estratégias de leitura e estudo, visando à produção de sentidos a partir dos textos lidos. No tocante à escrita, imperava, na maioria dos casos, dificuldades em sistematizar ideias que, no contexto oral, conseguiam bem expressar. A passagem do plano oral para o escrito, com todas as mudanças características que lhes são inerentes, resultava em produções quase que esquemáticas, com frases pontuais e sem maior desenvolvimento de ideias.

Visando superar tais dificuldades, a Equipe realizou em diferentes encontros estratégias metodológicas específicas. Por exemplo: estudo dirigido de textos (com

¹⁵ Exemplos de instrumentos de planejamento podem ser acessados em: <https://tinyurl.com/explanI> e <https://tinyurl.com/explanII>.

¹⁶ Para acessar o template do tutorial passo-a-passo, clique em: <https://tinyurl.com/extutI>.

¹⁷ Para acessar um exemplo de vídeo-tutorial, clique em: <https://drive.google.com/file/d/1VDoIVNzT-J85oFRXkFdJ98KipH9RRBB9/view?usp=sharing>.

explicações sobre tipos de leitura – global e analítica, estratégias de marcação visual), reescrita de pequenos trechos/parágrafos com vistas ao estímulo da produção autoral e, de forma específica com as TIC, utilizou-se em alguns casos a funcionalidade de transcrição oral-para-escrita existente na tecnologia Google Docs. Tal funcionalidade auxiliou no processo de intervenção pedagógica com alguns(algumas) educandos(as), que encontravam severas dificuldades para iniciar e estruturar ideias pela língua escrita. Assim, inicialmente relatavam oralmente sobre um determinado tema ou assunto para, posteriormente e com a intervenção dos educadores, tomar consciência das necessárias modificações no texto inicialmente transcrito pelo Google Docs. Neste contexto, a mediação tecnológica exemplifica um processo de inclusão digital atrelado à perspectiva da educação integral, tendo em vista que a apropriação e objetivação via TIC não se dá de forma instrumental, mas essencialmente visando à formação omnilateral dos sujeitos educandos.

“Problematizar a prática, enriquecê-la teoricamente”: análises preliminares da práxis vivenciada no Círculo de Cultura Digital

Visando contribuir para o enriquecimento reflexivo das experiências de inclusão digital popular, no presente item pretendemos trazer à baila análises em torno das principais problemáticas que, no olhar da Equipe de Educadores, constituem-se “situações-limites” e “inéditos viáveis” dos processos formativos nos Círculos de Cultura Digital. Ainda se encontram tais reflexões em estágios iniciais de aprofundamento teórico, constituindo atualmente mais percebidos destacados (FREIRE, 2011) do que uma interpretação crítica e metodicamente rigorosa desta realidade. De qualquer forma, e como consideraremos nas conclusões deste trabalho, é objetivo da Equipe de Educadores constituir um contexto teórico (FREIRE, 2010) capaz de suportar processos de formação permanente daqueles que educam, visando à reflexão crítica sobre a prática vivenciada nos Círculos.

Poderíamos situar, em primeiro lugar, como aprendizado fulcral advindo da prática nos Círculos a potencialidade teórico-metodológica da educação popular para se repensar os sentidos da Inclusão Digital na sociedade contemporânea. Tal potencialidade se revela tanto em uma dimensão política – ao colocar-se ao lado dos oprimidos, da classe trabalhadora – quanto pedagógica – ao partir justamente do trabalho como conceito educativo nuclear e, assim, da realidade cotidiana dos sujeitos não somente como desencadeadora dos processos formativos, mas, sobretudo, como norteadora das práticas pedagógicas em sua validade histórica perante os objetivos almejados. Ao possibilitar, por exemplo, a construção de

Trajetórias de Vida por intermédio da apropriação/objetivação do Thinglink e o Google MyMaps, os sujeitos estavam para além de uma mera inserção acrítica e uma perspectiva de treinamento/capacitação para o digital em rede. Ao passo em que desenvolviam saberes operacionais na apropriação das interfaces digitais, passaram também a refletir sobre as realidades sociais, os conhecimentos que já haviam construído em suas vivências.

Pela via da mediatização de artefatos tecnológicos que propiciam uma dimensão autoral, do colocar-se como sujeito que têm voz e pode se expressar, ampliavam tanto seus conhecimentos técnicos quanto o re-conhecimento subjetivo de sua realidade objetiva, por meio da re-memorização e reflexão. Neste processo, a categoria da totalidade pode e deve estar presente, pois a parcialidade de cada momento da trajetória potencialmente integra-se com dimensões variadas das experiências dos sujeitos no campo do trabalho, lazer, moradia, família e educação. Como tais trajetórias são posteriormente socializadas, além de permitir o reconhecimento intersubjetivo das vivências do coletivo, essa totalidade pode ser apropriada como categoria evidenciadora de elementos em comum das realidades sociais da classe trabalhadora. Logo, tais discussões podem ganhar um sentido histórico. Quando tal processo se dá pela intervenção pedagógica atenta dos educadores, existe um potencial a ser explorado para se delimitar temas geradores que perpassam experiências existenciais múltiplas. Tal foi o caso, por exemplo, com a aplicação da estratégia teórico-metodológico das Trajetórias de Vida no semestre 2018/1, com a definição de temas geradores como o Saneamento Básico em Florianópolis, presente de forma majoritária nas falas dos sujeitos, mobilizada enquanto preocupação e revolta (pelo descaso do Poder Público).

A partir das Trajetórias de Vida em socialização, entendemos igualmente que uma perspectiva conscientizadora de inclusão digital foi possível de ser vivenciada, por intermédio dos momentos de ampliação de repertório sobre os temas geradores definidos. Senão vejamos, novamente, exemplos das experiências realizadas em 2017/2 e 2018/1, por intermédio de tecnologias como o Smore e Canva. É patente que hoje, no contexto das mídias/redes sociais, circulam discursos e narrativas sobre temáticas variadas, acessados de forma flexível por uma infinidade de dispositivos e publicados/compartilhados na velocidade do tempo real. Mais ainda, que muitas pessoas acabam por se informar em torno destas narrativas, majoritariamente, a partir de uma pré-seleção de notícias, como aquelas filtradas pelos algoritmos do Facebook. Fenômeno articulado e recentemente exposto pelos meios de comunicação como “tema candente”, mas de abrangência que remonta à própria existência da imprensa, são as *fake news*, que acabam por se beneficiar destas estratégias de circulação de informações de diversas mídias/redes sociais.

Neste sentido, propiciar a sensibilização e ampliação de repertório sobre temáticas como *fake news* e intolerância/preconceito, por exemplo, envolveu uma intencionalidade contra hegemônica que esteve atrelada ao aprendizado de diferentes tecnologias. Sendo tais aprendizados pautados em movimentos de discussão, embate de concepções, busca de consensos e vivência respeitosa de dissensos, autoria, compartilhamento e colaboração de conhecimentos no contexto digital. Desta forma, Smore e Canva nada mais estabeleceram do que novas formas destes sujeitos se formarem enquanto seres humanos atentos às demandas do seu tempo, pela produção de um *flyer* ou revista a ser distribuída na comunidade.

Aqui, devemos ressaltar como possibilidade formativa emancipatória, em se tratando de sujeitos jovens e adultos da classe trabalhadora, a ampliação dos graus de letramento em diferentes gêneros textuais, inclusive do mundo digital. Entendemos que, pelas estratégias teórico-metodológicas da educação popular, possibilidades de apropriações diversas de práticas sociais de escrita e leitura são estabelecidas. Neste contexto, tal objeto de conhecimento se coloca aos educandos(as) não como algo apartado de suas experiências existenciais: ao contrário, em todo o movimento didático pretendido nos ciclos, o ler e o escrever vinculava-se organicamente com a realidade concreta e intencionava, ainda, a produção de uma comunicação “viva” que não é artificialmente criada tão somente para fins internos a sala de aula. Exemplo disto são os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) criados pelos(as) educandos(as) ao final dos Círculos, posto que são produções autorais e colaborativas em diferentes gêneros textuais, que se propõem a espriar “sementes de diálogo” com demais seres sociais – as *Revistas InfoRedes* foram distribuídas em versão impressa para a comunidade nas formaturas destas turmas.

Pela leitura/estudo, discussão, planificação e produção de materiais via TIC, tais como *flyers* digitais, animações, vídeos, notícias, entrevistas, revistas, e-mails, reportagens, cria-se em tais processos de inclusão digital um contexto profícuo para se vivenciar a Educação Integral, tal como pensada no PPP da ETHCI-CUT. Ou seja, processos formativos que buscam “a articulação das dimensões da Educação Propedêutica (escolarização), Educação Profissional e da Formação para a Cidadania” (MIYASHIRO; MORETTO, 2005, p. 34), em que a inclusão digital é parte integrante dentro do quadro geral dos objetivos político-pedagógicos pretendidos.

Mesmo que ressaltemos as potencialidades analisadas pela prática concreta de articulação de inclusão digital e educação popular, não podemos deixar de reconhecer enormes dificuldades encontradas durante estes processos. Certas destas dificuldades situaram-se justamente em intencionalidades político-pedagógicas nucleares dos Círculos. Por

exemplo, a de propiciar momentos formativos que envolvessem dimensões de planejamento e trabalho colaborativo entre os sujeitos educandos. A grande questão vivenciada neste quesito versa sobre a dificuldade dos educandos em pensar coletivamente e, ato contínuo, planificar atividades e registrá-las para orientação dos atos de colaboração.

A manifestação empírica destas dificuldades deu-se em momentos quando, mesmo após explicações iniciais sobre a importância de se planificar – subsidiadas em exemplos –, os sujeitos educandos quase que automaticamente dirigiam-se para a tela do computador e passavam à produção dos materiais sem a utilização dos instrumentos de planejamento (por exemplo, na experiência de 2018/1 com o Thinglink e Smore). Em tais situações, os educadores buscaram tencionar a situação pedagógica para que os educandos percebessem que estavam presos a uma ação imediatista, sem pensamento coletivo prévio. Após a vivência dessas intervenções contextualizadas aos processos de planificação, os grupos de educandos davam sinais de entendimento do motivo daquele movimento planificador, passando, então, a pensar no/pelo coletivo, mediados pelos instrumentos de planejamento.

Que razões objetivas e subjetivas levam tais sujeitos da classe trabalhadora, jovens e adultos, a terem dificuldades com o ato de planejamento, que exige diversas operações cognitivas de cunho social (analisar, imaginar, recuperar saberes prévios, proceder sínteses, negociá-las coletivamente)? Uma possível interpretação parece residir na dicotomia entre trabalho manual e intelectual que, sendo central à organização do trabalho na sociedade capitalista, divide a produção entre aqueles que executam e aqueles que pensam. Pensar antes de agir e, sobretudo, pensar coletivamente, constituía não somente algo difícil de realizar, mas, na verdade, difícil de compreender motivos para tanto. Se a atividade consciente e criadora do mundo humano – a práxis – prescinde desta dimensão planificadora, verificá-la ausente nas situações concretas de alienação a que são submetidos os sujeitos em sua atividade vital, nada mais revela o quanto as pessoas são tolhidas de se desenvolverem em sentido integral (DUARTE, 2013).

O psicólogo russo Leontiev (2004) explica em sua Teoria da Atividade justamente como, na sociedade capitalista, a divisão social do trabalho e a propriedade privada, tendo como epifenômeno a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, acaba por criar as condições objetivas para a construção subjetiva de uma consciência fragmentária. Nesta, as ações singulares desenvolvidas não são percebidas e nem controladas humanamente pelos sujeitos produtores, mas por vontades alheias muitas vezes à própria finalidade da atividade em que se inserem. Neste sentido, uma tarefa de processos de inclusão digital popular é a de, reconhecendo a importância do domínio destas operações intelectuais para o processo de

práxis histórica dos sujeitos, possibilitar momentos formativos em que colaboração e cooperação andem de mãos dadas com a planificação da práxis. Ou seja, a cooperação individual de cada indivíduo no processo de produção de uma objetivação (simbólico-concreta) não pode ser vista pelos sujeitos como algo a parte da sua inserção em uma totalidade mais ampla, dada pela colaboração, enquanto ato de planejamento e execução de uma atividade para fins coletivamente intencionados.

Ainda, outra intencionalidade político-pedagógica dos Círculos – apropriação/objetivação crítico-criativa das TIC – encontrou seu “contrário dialético” na concreticidade das relações pedagógicas com os educandos – concepção pragmático-instrumental desses artefatos. Condicionados pela realidade econômica do “capitalismo informacional”, que engendra e divulga narrativas diversas das tecnologias vinculadas ao mercado do trabalho, tais sujeitos educandos na maioria das vezes chegam ao curso tão somente buscando uma “capacitação profissional” para melhor operar as TIC. Em alguns casos, visavam (re)inserção no mercado do trabalho pelo domínio de habilidade básicas no campo da Informática; em outros, a busca por construir “competências” consideradas como essenciais para qualquer trabalhador do século XXI, exija ou não o labor exercido contato direto com tais artefatos tecnológicos. Mas também há aqueles que expressam tão somente a intencionalidade de aprender mais sobre Informática: por estarem há muito tempo fora dos bancos escolares, veem no curso uma forma de resgatar processos educativos formais que lhes foram anteriormente negados.

Sejam quais forem os motivos, percebemos como uma constante no início dos processos formativos esta concepção pragmático-instrumental, que se manifestou de diferentes maneiras, ora mais, ora menos explícitas. Por exemplo, na negação da importância de vivências envolvendo dinâmicas cênicas no processo formativo ensejado, por tratar-se de um curso voltado à Informática. Algumas vezes, tais negações eram acompanhadas da não participação por alguns educandos em tais atividades, por considerarem sem relevância. Outra expressão desta concepção pragmático-instrumental perpassou o questionamento dos educandos sobre o porquê de se aprender esta ou aquela tecnologia. Na grande maioria dos casos, tais indagações ganhavam corpo nas seguintes questões: “para que aprender isso?” ou “para que eu posso usar isso?”. No caso da última questão, este “usar isso” vinculava-se em certos momentos ao “no meu trabalho”. Obviamente, tais fatos não podem ser interpretados de forma desgarrada da realidade social. Não se trata, por isto, de “culpabilizar” tais sujeitos: ao contrário, é deveras salutar, por um lado, que questionem os motivos e escolhas do curso. De outro, é esperado que, pela própria força constituidora da realidade social, busquem no

curso inicialmente um caráter vinculado às suas formas de subsistência. Afinal de contas, o curso ofertado encontra-se atrelado a uma escola de Educação Profissional.

Contudo, e sabendo destes elementos condicionantes, a Equipe de Educadores veio percebendo, ao longo dos semestres do curso, que respeitar tais concepções prévias não significa, necessariamente, aceitá-las como naturais ou, ainda pior, rearticular toda a proposta de inclusão digital popular ensejada em novas bases político-pedagógicas. Entendemos que, em se tratando de educação popular, os conhecimentos e formas de ser/agir, pautados no senso comum e nos saberes historicamente sistematizados, devem relacionar-se constantemente, buscando, por um lado, a (re)valorização inicial do primeiro, sem, contudo, nele permanecer enquanto horizonte formativo. Em seguida, articular o senso comum em síntese cultural com os saberes científico-filosóficos, ético-políticos e estéticos, para que se propicie à (re)construção crítica de compreensões da realidade (FREIRE, 2011).

Isso envolve um trabalho de sensibilização permanente dos sujeitos, buscando inicialmente tornar tais questões “percebidos destacados” no plano de sua consciência. Em seguida, envolve ampliar repertórios sobre temáticas diversas, no encontro autoral e colaborativo via TIC. Tais momentos vão autorizando a Equipe de Educadores a evidenciar para os educandos que, para além dos seus objetivos mais imediatistas, outros processos são igualmente importantes no curso: estar envolvido em um contexto de formação humana que se pretende crítica, fomentadora do diálogo, do encontro respeitoso e solidário com as diferenças, sem que com isto se necessite aos sujeitos escamotear suas formas de “ler” a realidade. Envolve, em certos casos/momentos, tornar a própria tecnologia um “tema-dobradiça”, conforme explica Freire em sua *Pedagogia do oprimido*:

a equipe reconhecerá a necessidade de colocar alguns temas fundamentais que, não obstante, não foram sugeridos pelo povo, quando da investigação. [...] A estes, por sua função, chamamos “temas-dobradiça”. Como tais, ora facilitam a compreensão entre dois temas no conjunto da unidade programática, [...] ora contêm, em si, as relações a serem percebidas entre o conteúdo geral da programação e a visão de mundo que esteja tendo o povo. (FREIRE, 2011, p. 161).

Percebemos de forma majoritária, pelas falas dos educandos nas avaliações finais dos “Círculos”, que a compreensão inicial em torno dos objetivos deste curso vai se transformando para algo que envolve uma concepção de formação mais ampla, para além do mero treinamento no domínio operacional das TIC. Entendemos que ainda estamos caminhando, enquanto Equipe de Educadores, para conquistar uma solidificação desta tomada de consciência inicial durante o desenvolvimento dos ciclos de estudos. Mesmo assim, o que nos guia é uma vinculação explícita com uma proposta de inclusão digital em educação

popular, que “requer uma clareza dos objetivos a serem alcançados em cada momento para que os redimensionamentos necessários não se distanciem dos objetivos estratégicos para uma formação integral dos sujeitos” (MIYASHIRO; MORETTO, 2005, p. 82).

Por fim, gostaríamos de efetivar algumas análises em torno daquilo que nomeamos como o “nó górdio primeiro do processo de inclusão digital do jovem/adulto”: a construção da fluência digital que habilita os sujeitos no trânsito desenvolvido pelas interfaces de diferentes programas e plataformas, sejam estas online ou não. Tal problemática tornou-se evidente em nossa prática pelo fato das turmas apresentarem grande dispersão de idade (sujeitos entre 18 a 45 anos), ritmos de aprendizagem e, também, níveis de fluência digital. Em tal contexto, o planejamento didático-metodológico sempre exigiu da Equipe uma busca por formas de superação destas dispersões: trabalho em pares; atenção individualizada para casos que exigiam; implementação no semestre 2018/1 do “pré-curso”, que envolvia o objetivo da construção de saberes operacionais em torno da Informática Básica.

Mesmo assim, problemas diversos foram enfrentados a partir desta questão que, como toda realidade concreta, envolve não somente um “fio solto”, mas, de fato, tramas e tecituras que se articulam de diferentes formas. Por exemplo, notamos que os sujeitos que tinham mais dificuldades na construção da fluência digital tendiam a ausentar-se mais dos encontros, justamente por não conseguirem acompanhar as dinâmicas propostas. Quando passavam a frequentar novamente o curso, a Equipe deparava-se com um grande dilema: como dar conta por meio do planejamento de tantos ritmos de aprendizagem diferenciados, em se tratando da fluência digital e dos objetivos de ensino-aprendizagem de cada ciclo?

Para além das propostas acima relatadas, avaliamos como experiência salutar no semestre de 2018/1 a utilização dos instrumentos didáticos “tutorial passo-a-passo” e os “vídeos-tutoriais”. O primeiro instrumento derivou de reflexões dos Educadores em torno das dificuldades de certos sujeitos em compreender a lógica que perpassa a organização das interfaces digitais. Partimos da hipótese de que estes sujeitos, em sua experiência individual e histórica, não haviam se confrontado de forma orgânica e prolongada com interfaces digitais, para que lhes fosse possível apropriar-se da sua lógica tanto arbórea quanto reticular intrínseca. Se analisarmos um caso hipotético, de um sujeito adulto com idade média de 40-45 anos e que teve maior convivência com mídias como o Videocassete, DVD e, agora, com o Computador, poderemos evidenciar esta questão de forma mais apropriada:

Figura 2 – Formas de organização da informação nas interfaces analógicas e digitais



Fonte: Os autores (2019).

Assim, qual é a intencionalidade pedagógica do instrumento “tutorial passo-a-passo”, por exemplo? Justamente, possibilitar aos sujeitos que identifiquem suas dificuldades em torno das interfaces digitais e, quando julgarem necessário, recorram a uma estratégia mnemônica que os auxilie, em momentos iniciais de construção da fluência digital, a registrar caminhos que levam a efetivação desta ou daquela funcionalidade em um dado programa. Trata-se, pois, de traduzir de forma visual e escrita uma lógica de organização das informações e funcionalidades que não foram apropriados pelos sujeitos, em seus contatos prévios com interfaces digitais. Outra opção aventada foi a criação de um aplicativo de celular em que os próprios educandos fossem construindo, por meio de imagens das telas obtidas com fotos e textos-marcadores, itinerários texto-visuais para memorização e consolidação da fluência digital em torno das interfaces de diferentes programas.

Pode parecer algo simples ou até mesmo sem necessidade recorrer ao registro escrito de passos. Contudo, ao pensarmos assim, analisamos a questão pela ótica de um sujeito que já se apropriou das interfaces digitais. Tal como no aprendizado de uma segunda língua, após nos apropriarmos desses elementos da objetivação do gênero humano “tecnologia informática”, operamos de tal forma rotineira com as interfaces digitais que olvidamos os percursos cognitivos que nos foram necessários para compreendê-las. Ao aliarmos o instrumento passo-a-passo com o vídeo-tutorial – que foi majoritariamente acessado pelos educandos em seus celulares – notamos um avanço destes sujeitos no desenvolvimento de sua

fluência digital. Ao final do curso em 2018/1, manipulavam interfaces mais complexas com relativa autonomia, nas quais existe a articulação das informações da produção digital na lógica reticular, bem como a lógica arbórea de organização de menus, por exemplo.

Conclusões provisórias

No presente artigo, apresentamos e analisamos fragmentos de experiências educativas em torno da problemática da inclusão digital de jovens e adultos da classe trabalhadora, em uma perspectiva de educação popular. Para tanto, refletimos inicialmente sobre os sentidos da inclusão digital e os motivos de tais processos serem valorados enquanto “necessidade intrínseca” na sociedade contemporânea. Aportamo-nos para tais reflexões em um conceito de inclusão digital que, partindo da premissa do acesso qualificado às TIC, pontua as contradições que podem envolver a apropriação/objetivação dos sujeitos a partir de tais artefatos tecnológicos na sociedade contemporânea. Tais contradições, em nossa análise, são mobilizadas pelo papel alienante ou humanizador que a tecnologia pode possuir nas práticas sociais dos sujeitos, em diferentes contextos sociais mediados pelas TIC.

Após três semestres participando do ensinar-aprender das/com as TIC nos Círculos de Cultura Digital, direcionada por uma perspectiva pedagógica centrada na educação popular, novos desafios se colocaram à Equipe de Educadores.

Os problemas analisados no presente artigo ainda carecem de maiores reflexões pedagógicas e propostas transformadoras da práxis educativa de inclusão digital. Outros tantos ainda sequer foram enunciados ou constituíram “percebidos destacados” para os educadores populares dos “Círculos”. Por tal motivo, e por intermédio da parceria UDESC - ETHCI/CUT, institucionalizamos um projeto de pesquisa articulado à ação de extensão Círculo de Cultura Digital, intitulado “Formação permanente de educadores populares em inclusão digital – tecituras entre ensino, pesquisa e extensão universitária”. Trata-se de uma proposta de pesquisa participante que investigará o processo de formação permanente dos educadores da ETHCI-CUT e UDESC, enquanto lócus de (re)criação da práxis político-pedagógica desenvolvida no Círculo de Cultura Digital.

De forma preliminar, a Equipe de Educadores vem discutindo e analisando as problemáticas emergentes dos Círculos nos encontros quinzenais de planejamento e avaliação das estratégias didático-metodológicas. Nesses momentos, também surgem algumas ideias que podem apontar caminhos futuros para a práxis de inclusão digital emancipatória desejada com os Círculos. Por exemplo, realizar o curso com sujeitos educandos já organizados

coletivamente em torno de uma temática/causa (por exemplo, movimentos sociais populares), para que seja possível implementar formas de ação política mais diretas e específicas, que encontrem na inclusão digital um elemento integrante dos processos de conscientização e transformação da realidade social.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília/DF: MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 5 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos EJA.** Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 9 set. 2016.

CAZELOTO, E. **Inclusão digital: uma visão crítica.** São Paulo: Senac, 2008.

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo.** Campinas: Autores Associados, 2013.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a Escola de Vigotski.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. A máquina está a serviço de quem? **Revista BITS**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 6, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e práticas em educação popular.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MALAGGI, V.; MARTINS, S. A.; FÉLIX, P. Círculo de cultura digital: relato de uma experiência freiriana de inclusão digital. *In: FÓRUM DE ESTUDOS: LEITURAS DE*

PAULO FREIRE, 19., 2017, Rio Grande, RS. **Anais [...]**. Rio Grande, RS: Editora da FURG, 2017.

MALAGGI, V.; TEIXEIRA, A. C. Autoria colaborativa: conceito-chave para uma epistemologia freiriana dos processos de ensino-aprendizagem online. *In*: MALAGGI, V.; TEIXEIRA, A. C. **Comunicação, tecnologias interativas e educação**: (re)pensar o ensinar-aprender na cultura digital. Curitiba: Appris, 2019. p. 215-234.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. Reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, M. **Sala de aula interativa**: educação, comunicação, mídia clássica... 5. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

ZUIN, A.; PESCE, L. Razão instrumental, emancipação e formação online de educadores. *In*: SILVA, M.; PESCE, L.; ZUIN, A. (org.). **Educação online**: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

Submetido em 12 de julho de 2019.

Aprovado em 20 de janeiro de 2020.